

Santa Cruz do Capibaribe cria fama com confecção

RECIFE — Quando se fala no Agreste de Pernambuco, costuma-se pensar em Caruaru, com a sua feira tradicional, no teatro de Nova Jerusalém ou na mais recente descoberta turística: Gravatá, com seu clima de montanha e sua cozinha. Mas, além dessas três cidades, há um município que já tem fama do Amapá a Minas Gerais, mas não pelo turismo, e sim pela confecção que produz: Santa Cruz do Capibaribe, a 168 quilômetros de Recife.

Santa Cruz é a terra da **sulanca**, neologismo criado nos anos 50 para designar a roupa barata, feita de retalhos de helanca — a precursora da malha e da lycra — que, por vir de São Paulo, virou sulanca.

O município tem cerca de 50 mil habitantes, 20 mil máquinas de costura industrial, mais de cinco mil fabricquetas de fundo de quintal, um comércio que movimenta cerca de Cr\$ 1 bilhão por mês, consome um milhão de quilos de tecidos e produz cerca de seis milhões de peças de todos os tipos. Não conhece a palavra desemprego e é o 17º maior recolhedor de ICMS do Estado de Pernambuco — embora seja considerado também um dos que mais sonega.

A Secretaria da Fazenda acredita que 60% da economia de Santa Cruz é informal. Na verdade, dos 1.003 contribuintes inscritos no município, só 137 mantêm escrita contábil mensal. Mas todos os meses chegam a cidade cerca de cem caminhões com tecidos, em sua maioria para um ou, no máximo, dois comerciantes.

A única tecelagem do município, a Noronha Têxtil, revela a força do comércio de Santa Cruz. Ela produz 20 mil quilos de malhas por mês e o seu dono, o Prefeito da cidade, Ernando Silveira, só tem um cliente: o comerciante João Januário, que estimulou o industrial a aumentar a produção

com a garantia de compra das 30 mil quilos que a Noronha pretende produzir a partir de setembro.

Santa Cruz é uma ilha de prosperidade num Estado que tem a maior taxa de desemprego do Nordeste e que, no ano passado, só conseguiu crescer 1,4%. Além disso, Pernambuco tem um déficit de moradias de 350 mil habitações, mas em Santa Cruz, quase toda a população tem casa própria, e num bairro novo por onde a cidade está se expandindo há certamente a maior concentração de antenas parabólicas do Nordeste: mais de cem unidades instaladas em menos de dois quilômetros quadrados.

Mas se algum crítico do Governo precisar demonstrar que o Plano Collor desacreditou a secular instituição do cheque e da conta bancária pessoal basta ir a Santa Cruz. Ali, o cheque só é aceito como pagamento de mercadorias para ser repassado imediatamente aos comerciantes de tecidos e matérias-primas de confecção. Dinheiro vai para o cofre, peça que após o plano está hoje em centenas de casas.

Segundo o Edson Victor dos Santos, Gerente Adjunto do Banco do Brasil, as contas pessoais permanecem, mas não recebem mais depósitos. As transações, ou transferências de fundos para pagamentos de compras às indústrias de tecidos e aviamentos, são feitas em dinheiro vivo, de preferências nos bancos que tem sistema **on-line**, sendo o dinheiro creditado na conta imediatamente.

Na verdade, segundo Victor, o cheque, por conta do Plano, perdeu sentido para esses comerciantes e pequenos industriais. Com a exigência de cheques nominiais, a maioria deles preferiu pagar em dinheiro, e usando os cheques de terceiros para pagar a compra de matéria-prima.